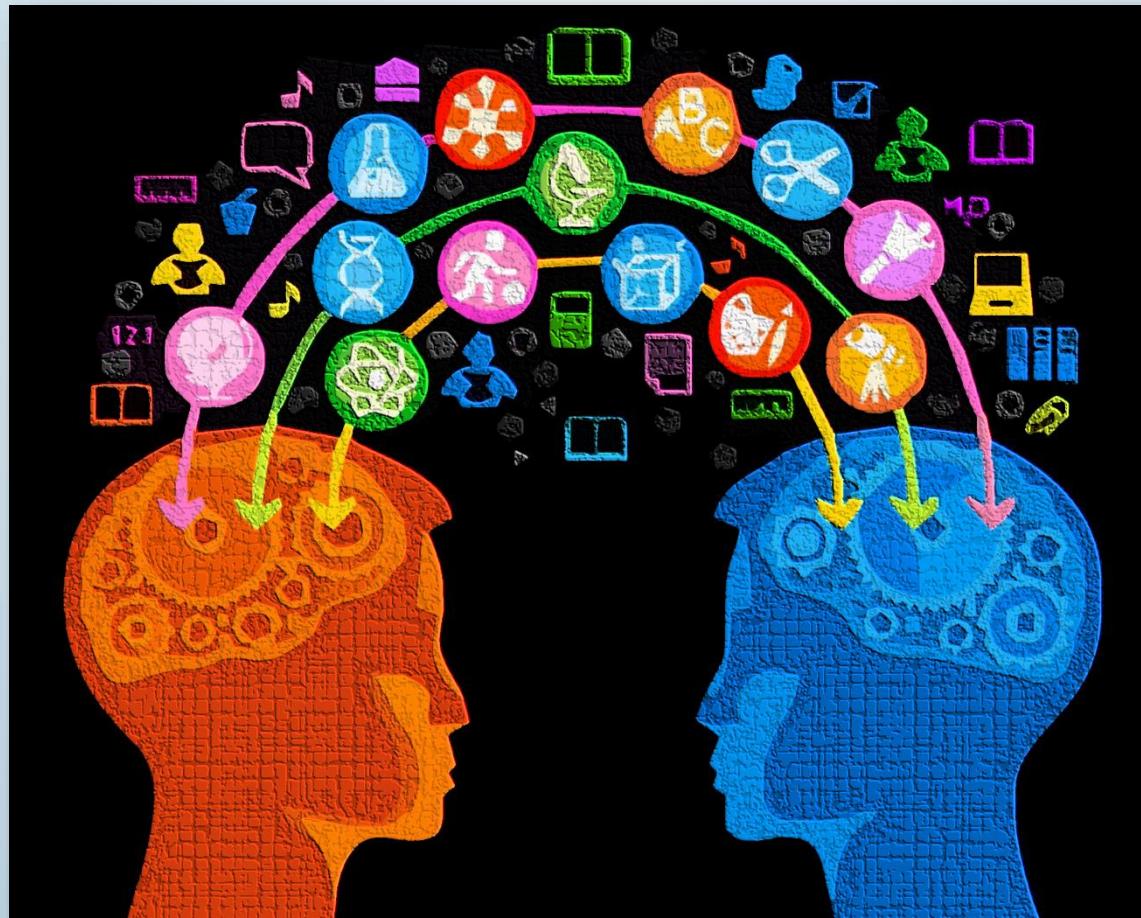




Conselhos: Atribuições e Responsabilidades





Democracia e Cidadania



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

Cenário Político

- ✓ **Constituição de 88, com 30 anos de promulgação, foi um marco para a democratização das ações públicas.**
- ✓ O país saía de anos de autoritarismo, onde o aparelho estatal estava **engessado, ineficiente e extremamente burocrático.**
- ✓ **Nova era** onde os valores do patrimonialismo e clientelismo estão sendo deixados e combatidos em nome de **valores como dignidade, ética e honestidade** pessoal e pública.





Cenário Legal

CONSTITUIÇÃO CIDADÃ - CF 1988	EMENDA CONSTITUCIONAL 19/1998	LRF LEI 101/2000	LEI 131/2009	LEI 12.527/2011
Fortalece a cidadania (direito e deveres)	Administração Burocrática (Foco em processos)	Participação da sociedade na elaboração do orçamento e no acompanhamento da aplicação dos recursos públicos (transparéncia e clareza das informações Art. 48,I)	Determina a disponibilização, em tempo real, de informações sobre a execução orçamentária e financeira dos órgãos públicos	Lei de Acesso a Informação: obriga todos os órgãos públicos a oferecer informações sobre suas atividades a qualquer pessoa que solicitar os dados
Criação de instrumentos de controle social (Conselhos Públicos)	Administração Gerencial (Foco em resultados)	Gestão fiscal responsável, responsabilização do gestor e participação da sociedade nas aplicações dos recursos públicos	Todos os gestores têm a obrigação de divulgar as despesas e receitas da administração em páginas oficiais	Os gestores precisam disponibilizar no site todas as informações referentes a administração A informação é a regra e o sigilo é exceção

Fonte: Vuelo (2012)

CIDADANIA
(Participação Popular + Conselhos Públicos)

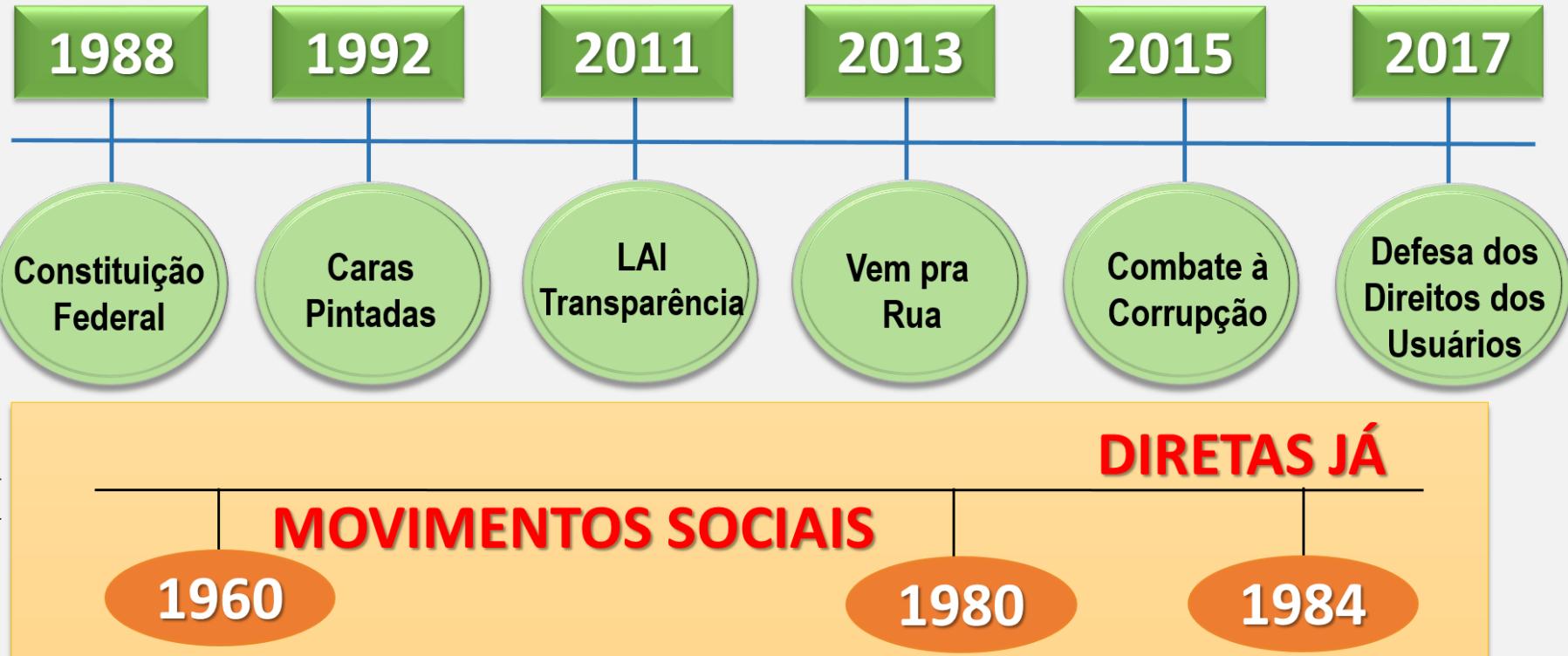
EFETIVIDADE
(Resultado/ Eficácia, Programas e Projetos de Gestão)

RESPONSABILIZAÇÃO
(Participação Popular na Elaboração e Discussão dos Planos)

TRANSPARÊNCIA
(Receita e despesas dos órgãos públicos nos sites)

TRANSPARÊNCIA
(Ativa e Passiva de todos os órgãos públicos)

Cenário Social



NÚMERO DE PESSOAS COM
FORO PRIVILEGIADO EM CADA PAÍS:



BRASIL
58.660



ALEMANHA

1

BRASIL 200



EUA

0



URUGUAI

0

PARA ONDE VAI O DINHEIRO DOS SEUS IMPOSTOS?

CÂMARA E SENADO:
CUSTAM EM TORNO
DE **R\$ 28 MILHÕES
POR DIA**

AUXÍLIO-MORADIA A
JUÍZES E PROCURADO-
RES PODE PASSAR DE
R\$ 4,3 MILHÕES POR
ANO

FUNDO PARTIDÁRIO:
QUASE **R\$ 1 MILHÃO** AO
ANO E PODE CHEGAR
A **R\$ 6 MILHÕES SÓ EM
2018**

ALÉM DE TODOS OS
PRÉDIOS PRÓPRIOS,
SÃO **R\$ 1,6 MILHÃO**
POR ANO SÓ DE
ALUGUEL

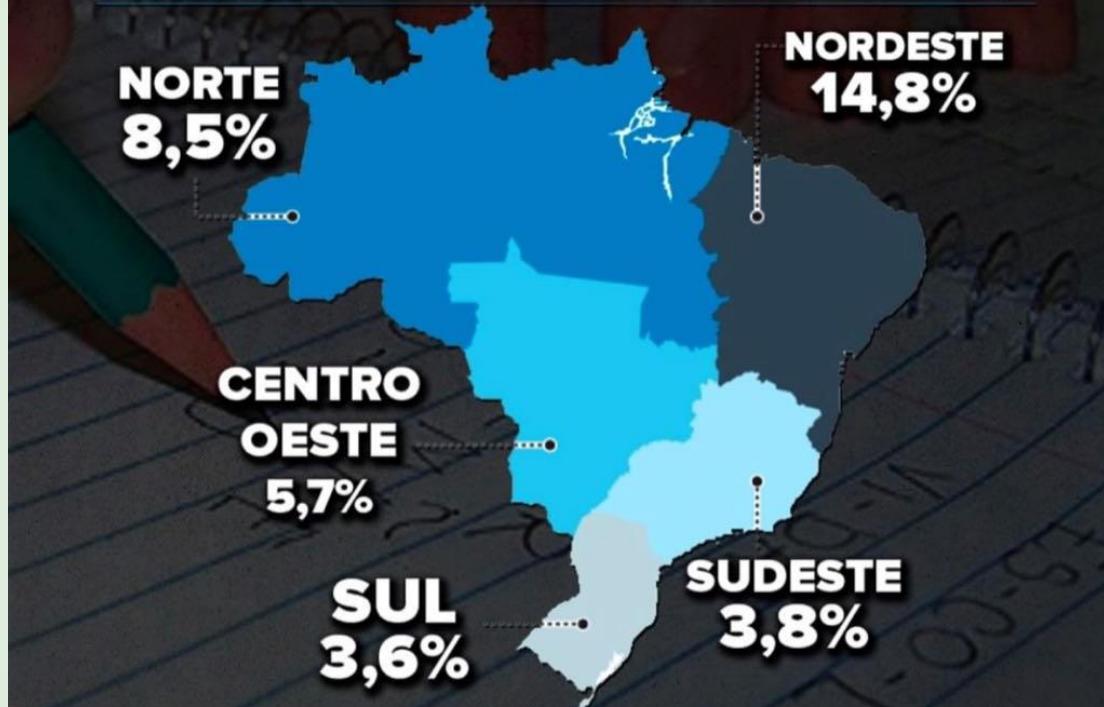
PASSAGENS E DIÁRIAS?
JÁ VÃO MAIS DE
**R\$ 2,2 MILHÕES POR
ANO**

SÓ NO GOVERNO
FEDERAL, HÁ **99,7 MIL**
COMISSIONADOS E
COM GRATIFICAÇÃO

FONTE: CONTAS ABERTAS

INDEPENDÊNCIA PARA TODOS
BRASIL 200

BRASIL AINDA TEM 11,8 MILHÕES DE ANALFABETOS



**NÚMERO CORRESPONDE A 7,2% DA
POPULAÇÃO DE 15 ANOS OU MAIS**



Estes cenários exigem
cidadãos ativos
dentro do Estado
Democrático de
Direito, que saibam
ocupar os espaços
locais e efetivar a
participação cidadã.

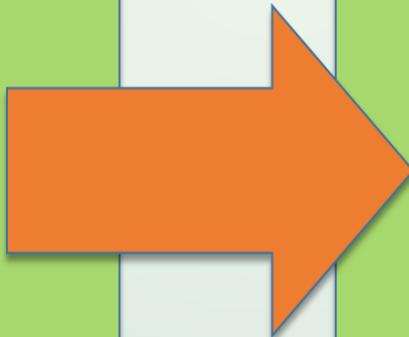
Para isso é preciso participar!



Participação é Partilha de Poder

Participação Popular

- ✓ (a voz do grupo)
- ✓ (direitos específicos)
- ✓ (soluções de interesse dos mobilizadores)
- ✓ (fortalece as pessoas)



Participação Cidadã

- ✓ (a voz da sociedade)
- ✓ (direitos sociais)
- ✓ (soluções de interesse coletivo)
- ✓ (foco em políticas públicas)
- ✓ (empodera/fortalece a sociedade)

Democracia: Representação e Participação

Democracia Representativa

Decisões políticas tomadas por representantes eleitos pelos cidadãos. Os "representantes do povo" se agrupam em instituições chamadas Parlamento, Câmaras, Congresso ou Assembleia da República.

Democracia Participativa

Pretende que **existam efetivos mecanismos de controle da sociedade civil** sob a administração pública, não se reduzindo o papel democrático apenas ao voto, mas também **estendendo a democracia para a esfera social**.



Vídeo - Consciência Cidadã





Mas afinal, o que é Cidadania?



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

Cidade União



- ✓ A consciência de direitos e deveres no **Exercício da Democracia**
 - ✓ **Poder e saber** escolher
 - ✓ **Usufruir** plenamente **seus direitos**
 - ✓ **Cumprir** devidamente **seus deveres**

Você enquanto cidadão...

Tem o **DIREITO** de ser informado sobre como está sendo gasto o dinheiro público e o **DEVER** de acompanhar e avaliar o resultado dessa aplicação.

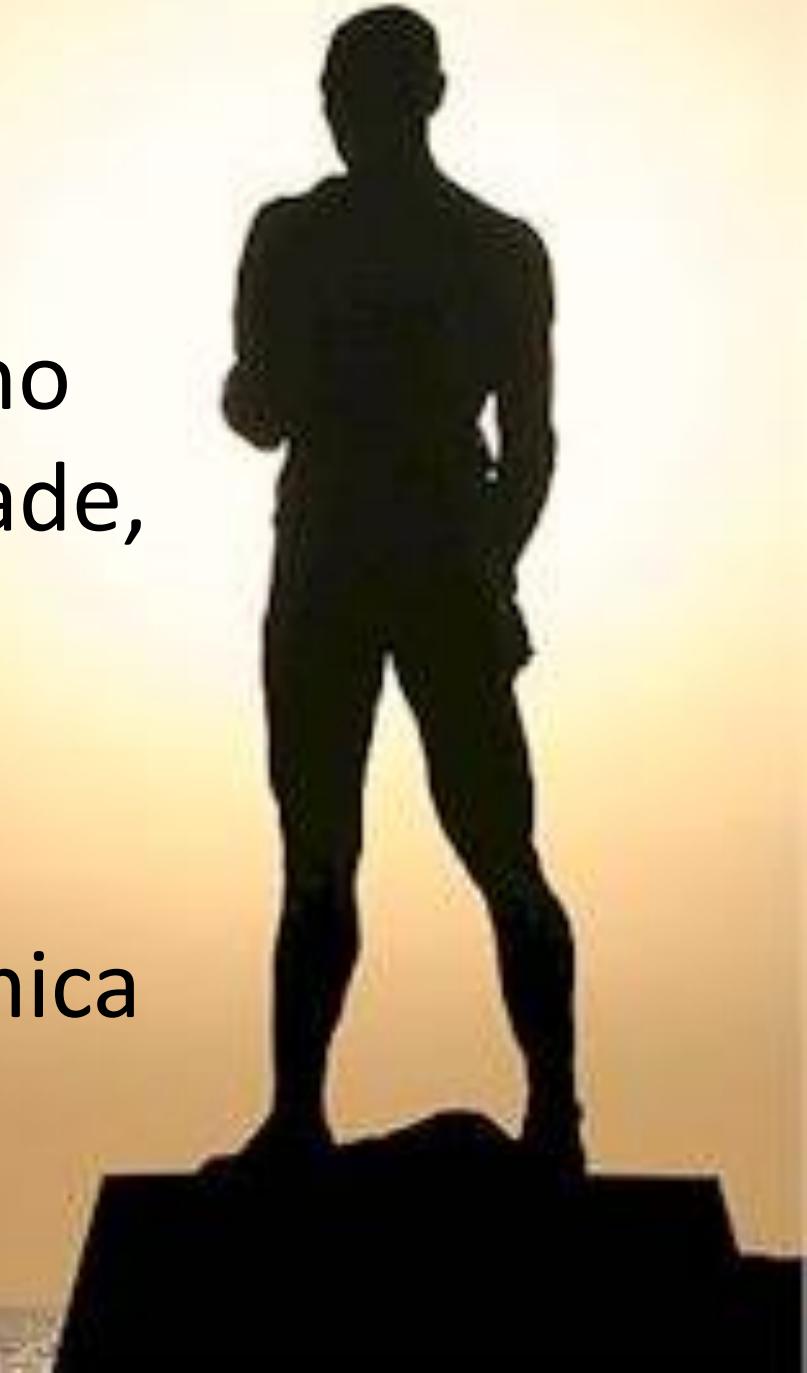
Isto está escrito na Constituição Brasileira/88.

ISTO É CONTROLE SOCIAL



Quem é o Cidadão?

Cidadão é um ser humano inserido em uma sociedade, com direitos e deveres definidos, participando ativamente de sua vida política, jurídica, econômica e, sobretudo, histórica.





Democracia e Controle Social:



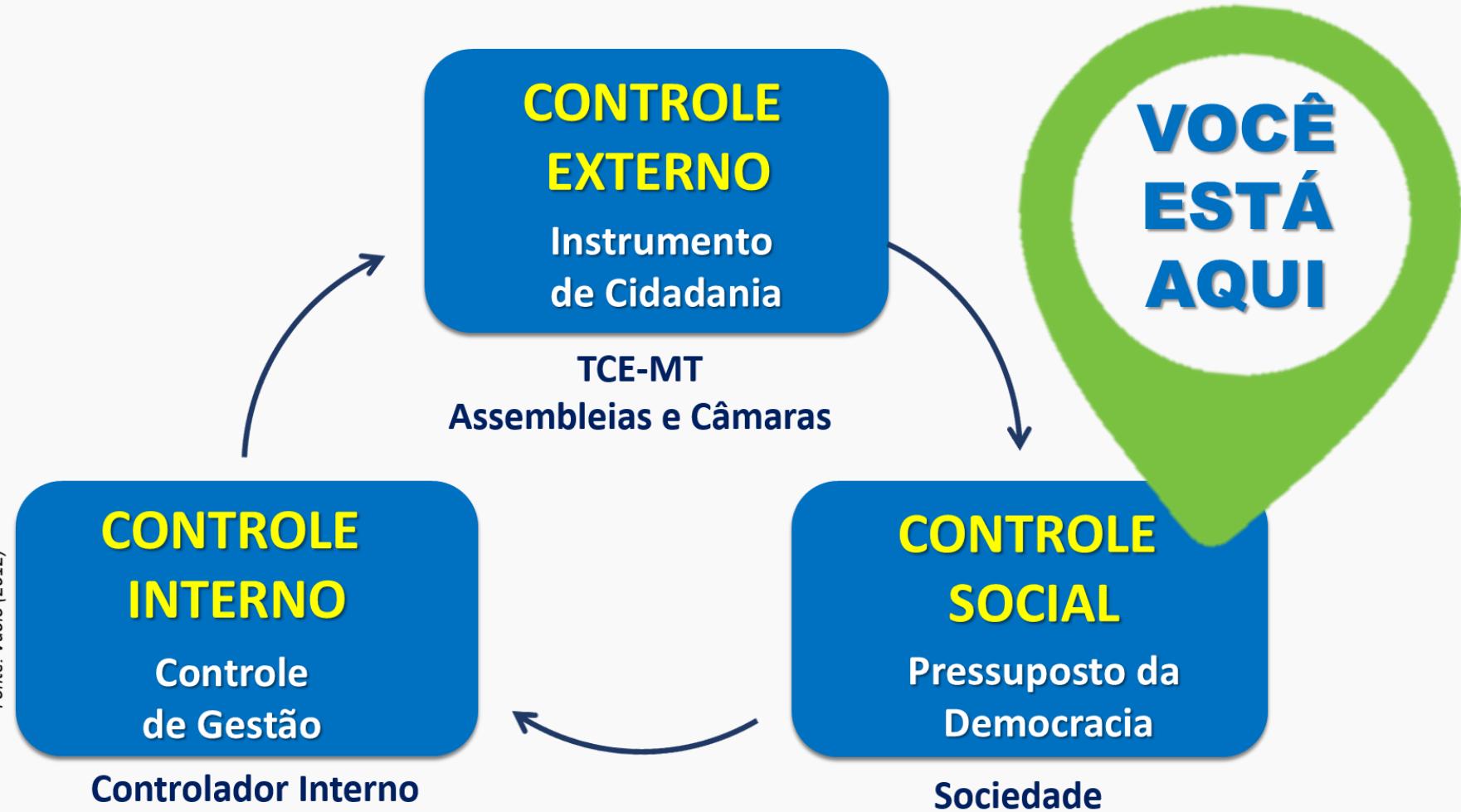
Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO



**Não existe
DEMOCRACIA
sem controle**



Tipos de Controles





Controle Institucional: quem controla quem

EXECUTIVO		LEGISLATIVO		JUDICIÁRIO
Controle sobre atos da própria administração	Controles Internos da Administração	Controle sobre atos e agentes do Executivo	Controles Externos da Administração	Controle Jurisdicional
Controle sobre os atos da entidade pela própria entidade	Controle sobre os atos da entidade por outra entidade	Controle sobre decisões políticas do Poder Executivo	Controle sobre atos de gestão dos recursos públicos	Habeas Corpus Habeas Data Mandado de Injunção Mandado de Segurança Ação Popular Outros
Função administrativas clássicas	Controladorias, Auditorias-Gerais, Sistemas de Controles Internos	Legislativo	Tribunais de Contas, Comissões Orçamentárias e de Fiscalização	Tribunais e Juízes

Afinal, o que é o Controle Social ?

- ✓ Presença ativa da sociedade como agente fiscalizador e controlador da aplicação dos recursos públicos
- ✓ Assegurar que as políticas públicas sejam planejadas de modo que respondam às necessidades sociais e seus programas sejam cumpridos conforme o que foi pactuado
- ✓ Mecanismo de prevenção da corrupção e de fortalecimento da cidadania
- ✓ A atuação direta da sociedade na influência ou direção do poder (Pereira, 1997)



Controle Social

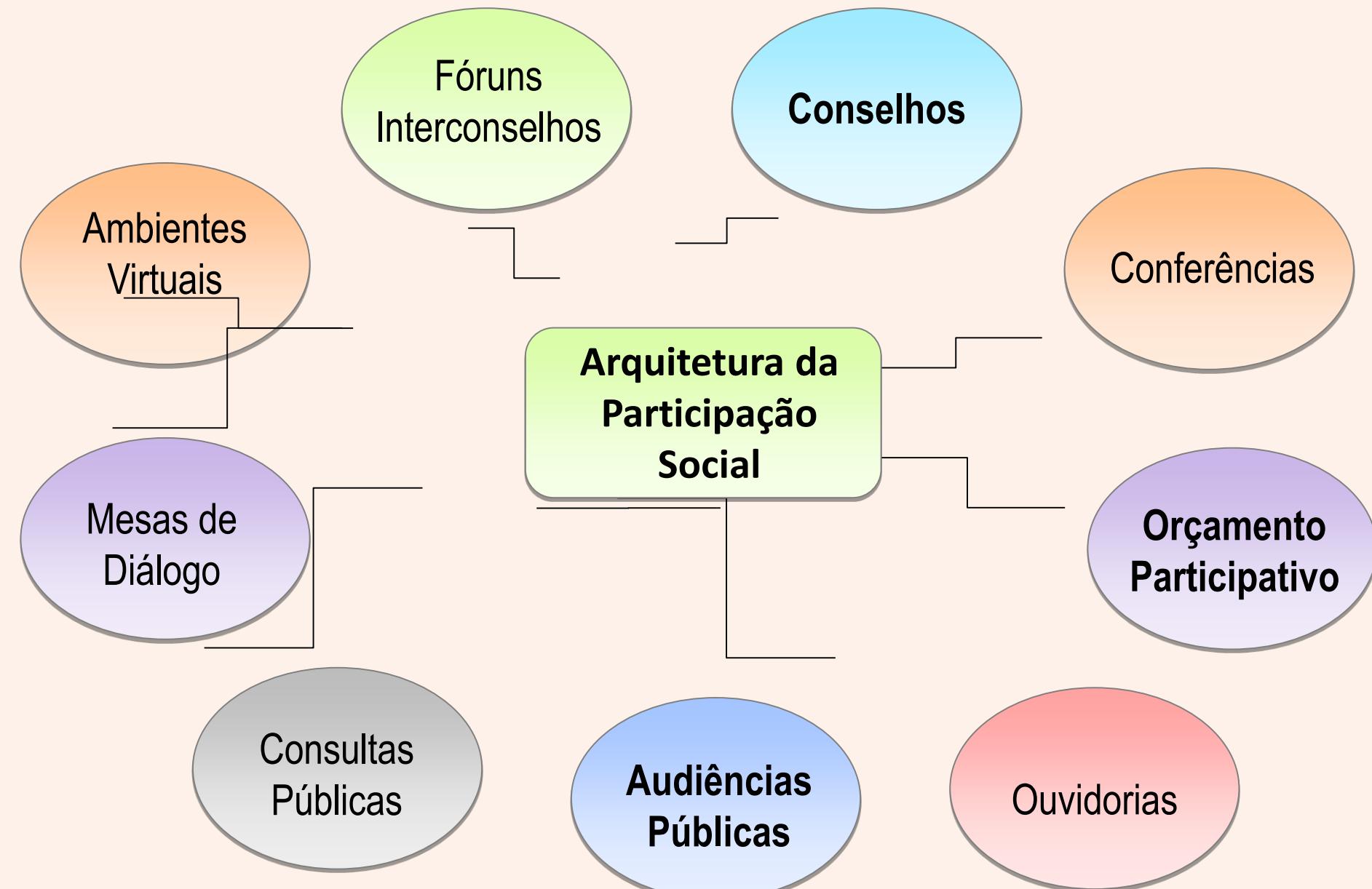
É a capacidade que a **sociedade organizada** tem de **atuar** nas políticas públicas, em **conjunto com o Estado**, para estabelecer suas necessidades, interesses e **controlar a execução** dessas políticas.



O **objeto** do controle social
é **abrangente**, pois pode ser
exercido na **ELABORAÇÃO**
DO PLANEJAMENTO, na
FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO
ORÇAMENTÁRIA dos recursos
públicos, na **PRESTAÇÃO DE**
CONTAS dos gestores e na
AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS
das ações do governo



Instâncias de Participação





Instrumentos de Participação

INSTRUMENTOS DE CONTROLE SOCIAL - INDIVIDUAIS

Instrumentos	Previsão Legal	Ação
Ouvidoria implantadas pelos órgãos públicos	CF Art. 37, XXX, §3º, I	Aprimorar o processo de gestão, favorecendo a autocorreção dos órgãos
Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)	Lei 12.527	Pedido de informação – Transferência Ativa
Denúncias aos órgãos de Controle Externo	CF Art. 74, §2º	Aprimorar a qualidade da aplicação dos recursos públicos
Ação Popular	CF Art. 5º, LXXIII	Propor ações/projetos para melhorar a vida social
Requerimento ou petição solicitando certidões ou informações junto aos órgãos públicos	CF Art. 5º, XXXIII Art. 37, §3º, II Art. 216, §2º	Garantir o direito de acesso à informação
Tribunal Livre	Regimento Interno do Legislativo	Ocupar o espaço da Tribuna Livre na Câmara Municipal para expor e defender um assunto



Instrumentos de Participação

INSTRUMENTOS DE CONTROLE SOCIAL - COLETIVO

Instrumentos	Previsão Legal	Ação
Conselhos de Políticas de Pùblicas	CF e normas infraconstitucionais	Mobilizar, propor, acompanhar e medir os resultados dos serviços prestados ao cidadão
Audiência Pública	CF e LRF	Opinar sobre assuntos de interesse público coletivo
Ação Civil Pública	CF Art. 129, III	Coibir abuso ou desvio de recursos do poder
Orçamento participativo adotado por gestores	CF art. 29, XII LRF art. 48, único Leis Municipais	Definir prioridades de execução das políticas públicas
Fórum/Reunião/Associação/Sindicato	-	Discutir, propor e agir para solucionar problemas da coletividade ou melhorar a qualidade de serviços prestados ou colocados à disposição da sociedade

Dimensões do Controle Social

Dimensão Política

Relacionada à mobilização da sociedade para **influenciar a agenda governamental, indicar prioridades, acompanhar a execução dos serviços e das políticas públicas e participar dos processos de avaliação.**

Dimensão Técnica

Diz respeito ao trabalho da sociedade para **fiscalizar a gestão de recursos** e apreciação dos trabalhos governamentais, inclusive sobre **o grau de efetividade** desse trabalho na vida dos destinatários.

Dimensão Ética

Trata da **construção de novos valores e de novas referências**, fundados nas ideias de solidariedade, soberania e justiça social.



O Cidadão e o Controle Social

Não adianta os controles institucionais (externo e interno) agirem, se não conseguem fazer com que esse **tema seja inserido na agenda do cidadão**.

O **cidadão** precisa se sentir **parte do controle social**.



O pressuposto do Controle Social é a lei, logo é nela que encontraremos:



- Possibilidades
(O QUE PODE FAZER)
- Momento de realização
(EM QUE OPORTUNIDADE)
- Instrumentos
(POR QUAIS MEIOS)

Grau de participação do público no processo decisório

Poder decisório da organização



INFORMAÇÃO	PERSUASÃO	CONSULTA	PARCERIA	CONTROLE
A decisão é tomada e o público é comunicado a respeito	A decisão é tomada e há uma tentativa de convencimento do público	O problema é apresentado, as opiniões são coletadas e a decisão é tomada	Os limites são previamente definidos; as informações são partilhadas e a decisão é conjunta	A decisão é tomada pelo público que assume a responsabilidade pública

Fonte: Eldsvik, 1978 apud Sanchez 2008, p. 411.

Participação do público nas decisões

Quando os indivíduos se recusam a participar das decisões sociais:

ACEITANDO

que os problemas da sociedade sejam **pensados e resolvidos por outras pessoas**

DESCONHECENDO

a **destinação dos recursos orçamentários**

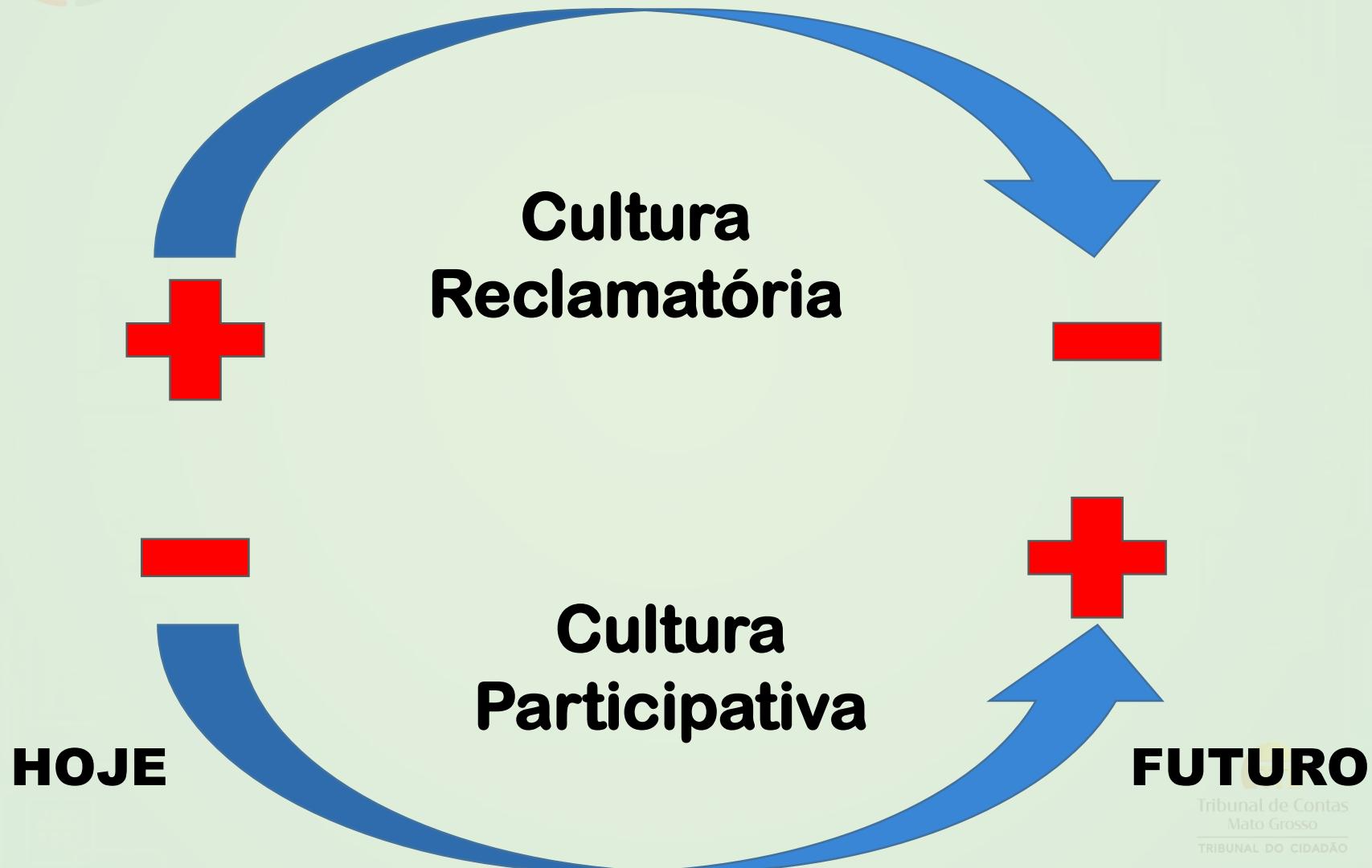
DEIXANDO

de **participar dos debates sobre a definição e o planejamento das políticas públicas**

ENFRAQUECENDO

a **democracia com a ausência de legitimação das ações e decisões públicas**

Cultura do Controle Social



Quais ações de Controle Social você realiza?

Participa das Audiências Públicas?

Vai as reuniões que discute o Orçamento Participativo?

Frequenta a Câmara Municipal para discutir assuntos de interesse da população?

Acompanha as prestações de contas da Prefeitura?

Recorre as ouvidorias para reclamar de má qualidade ou denunciar irregularidade nos serviços públicos?



TESTE *Eu faço controle social?*

O teste que você vai fazer agora tem o objetivo de estimular o exercício do controle social. Veja em que nível você se encontra e pense sobre as práticas que pode adotar para acompanhar os gastos públicos na sua cidade. Boa sorte!

1 - O TCE-MT fiscaliza os planos orçamentários dos municípios. E você, já participou de alguma audiência pública de discussão do orçamento?

() Sim () Não

2 - Você sabe quanto é o orçamento da sua cidade? Quanto existe de recurso disponível para ser investido em saúde, educação, segurança, salários e nos demais serviços públicos?

() Sim () Não

3 - O TCE-MT fiscaliza os recursos da educação. E você, sabe qual é o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) das escolas públicas do seu bairro?

() Sim () Não

4 - O TCE-MT fiscaliza os recursos aplicados na saúde. E você, sabe quantos médicos devem dar plantão na unidade de saúde do seu bairro?

() Sim () Não

5 - O TCE-MT fiscaliza as obras públicas. E você, sabe se tem alguma obra sendo construída ou que está paralisada na sua cidade?

() Sim () Não

6 - O TCE-MT fiscaliza as licitações. E você, sabe quais são os contratos realizados no seu município?

() Sim () Não

7 - O TCE-MT capacita os conselhos municipais. E você, alguma vez foi até algum conselho para tirar dúvidas ou propor alguma ação de melhoria dos serviços públicos?

() Sim () Não

8 - O TCE-MT fiscaliza a transparência. E você, alguma vez já acessou os portais de transparência da Prefeitura ou da Câmara de Vereadores de sua cidade?

() Sim () Não

9 - O TCE-MT fiscaliza a partir de denúncias e evidências enviadas por qualquer cidadão. E você, alguma vez utilizou a Ouvidoria do Tribunal ou de alguma outra instituição?

() Sim () Não

10 - Um dos maiores recursos de Controle Social do cidadão é o voto. E você, acompanha as ações das pessoas que elegeu?

() Sim () Não

Agradecemos a sua participação. Confira o seu desempenho no verso.

Você faz Controle Social?



Vídeo - Saneamento Básico



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO



Conselhos: Instrumentos de Controle Social



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

O Conselho na CF/88



Na Constituição de 88 os Conselhos de Políticas Públicas ganharam forma. Mas, foi a partir da formatação de leis específicas, ainda nos primeiros anos da década de 90, é que começaram a se efetivar.

A simples existência da estrutura dos Conselhos de Políticas Públicas **não garante** a sua **efetividade**.

Pilares

Enquanto espaço de articulação da sociedade com os agentes estatais, os conselhos de políticas públicas estão centrados em **dois pilares**:

1 – DEMOCRATIZAÇÃO
(ampliação da participação social)

2 – DESCENTRALIZAÇÃO
(das políticas sociais e fortalecimento do poder local)





Identidade

1 - O reconhecimento do povo como agente transformador

2 - Cultura crítica, com base no repúdio a todas as formas de opressão

Natureza

Os conselhos são **espaços públicos** de composição **plural e paritária**, entre Estado e sociedade, de natureza **PROPOSITIVA, MOBILIZADORA, DELIBERATIVA, FISCALIZADORA e CONSULTIVA**, cuja função é formular execução das políticas públicas





Natureza dos Conselhos

PROPOSITIVA

Propor políticas públicas, sugerir formas de avaliação e de mensuração de resultados.

MOBILIZADORA

Refere-se ao estímulo a participação popular na gestão pública.

DELIBERATIVA

Refere-se a prerrogativas dos conselhos de decidir sobre estratégicas utilizadas nas políticas públicas.

Natureza dos Conselhos

FISCALIZADORA

Pressupõe o acompanhamento e o controle dos atos praticados pelos governantes.

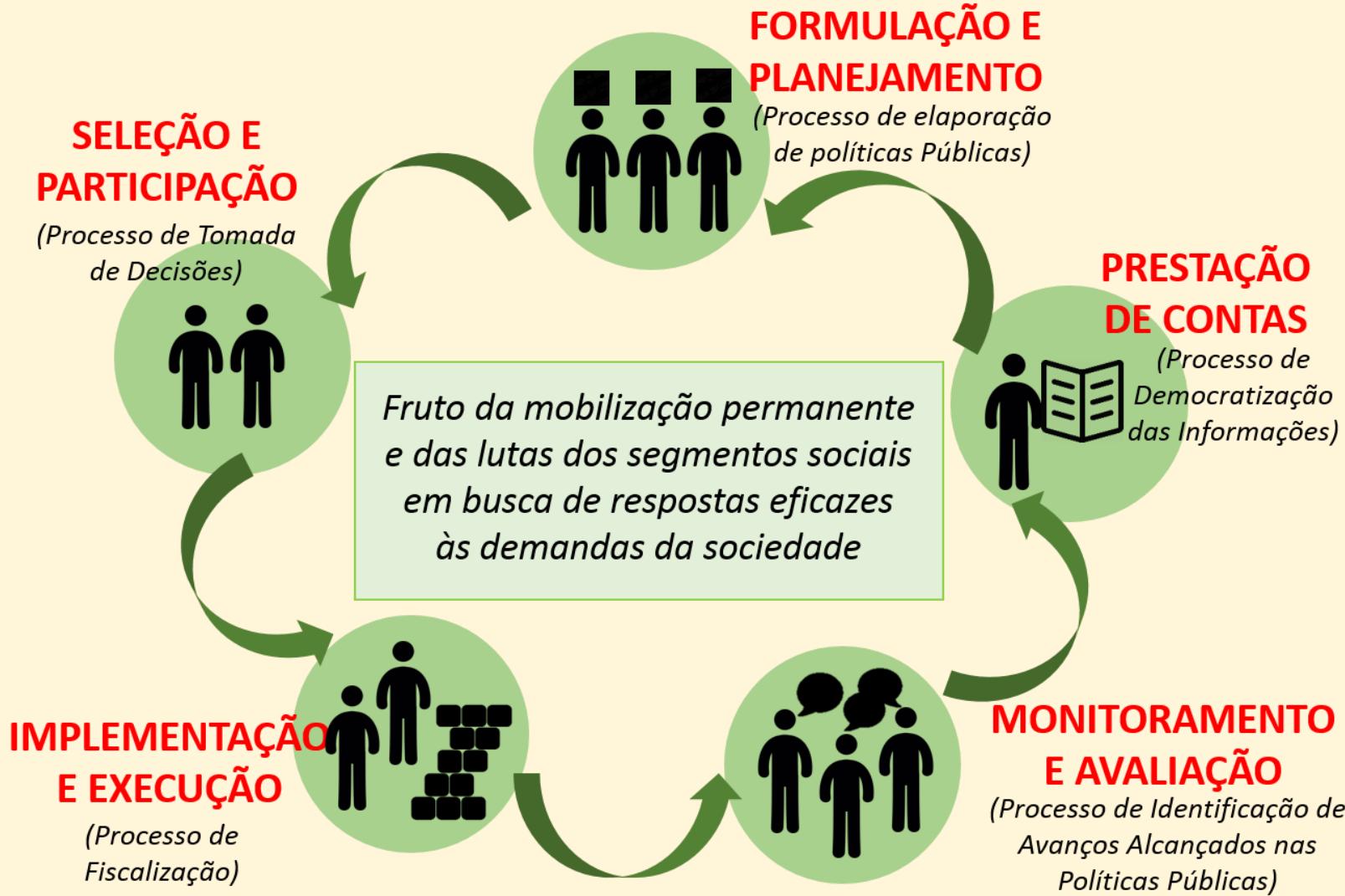
CONSULTIVA

Relaciona-se à emissão de opinião e sugestão sobre assuntos que lhe são correlatos.



Conselhos no Ciclo das Políticas Públicas

Mobilização Permanente dos Segmentos Sociais



O objetivo dos conselhos é o controle social da gestão pública para que haja uma maior garantia dos direitos da população.





Vídeo – Fátima Bernardes

Como funcionam os Conselhos...





Funcionamento dos Conselhos

Para que o Conselho funcione adequadamente, algumas condições são necessárias:

Que tenha Legitimidade

Que seja Representativo

Que sua atuação tenha Efetividade e Eficácia

Para o Conselho ter...

REPRESENTATIVIDADE

É necessário que os conselheiros **representem e defendam** os interesses da sociedade, acima das entidades e movimentos a qual pertencem

LEGITIMIDADE

A sua **criação** deve ser efetuada a partir de um processo de **discussão ou mobilização social**. Se for criado por lei, a sua estruturação deve ser discutida com a sociedade que deve ter ciência de sua instalação

EFICÁCIA e EFETIVIDADE

Deve ter uma **regularidade das reuniões** e uma grande **capacidade de formulação de propostas e deliberações** por parte dos conselheiros

A Legitimidade dos Conselhos

A legitimidade dos conselhos, enquanto instância de controle social, passa necessariamente por algumas questões como:

- ✓ A transparência nas eleições dos Conselhos
- ✓ O próprio perfil dos eleitos
(se representam a comunidade de forma igualitária)
- ✓ O processo de deliberação dos Conselhos
(ou seja, a real proporção entre as decisões tomadas entre conselheiros da população e conselheiros governamentais)
- ✓ A relevância ou a própria existência do debate dentro deste aparelho



Compete ao Conselho

- 1 – Propor, acompanhar e fiscalizar** as ações do Governo Municipal nas suas respectivas áreas de atuação
- 2 – Coordenar a articulação** de áreas do Govreno Municipal com as organizações da sociedade civil para a implementar melhorias nas políticas públicas
- 3 – Propor estratégias, normatização, projetos, ações** nas suas respectivas áreas de atuação
- 4 – Incentivar parcerias** que garantam mobilização da opinião pública, visando despertar a solidariedade e a união de esforços
- 5 – Opinar e fiscalizar** sobre as ações a serem financiadas pelos Fundos
- 6 – Participar das Audiências Públcas** sobre as Peças Orçamentárias, visando debater a dsetinação de recursos em sua área de atuação
- 7 – Acompanhar a aplicação** dos recursos destinados a sua área de atuação



Compete aos Conselheiros

- 1 – Examinar as matérias** submetidas a sua análise e emitir parecer e relatórios quando necessários
- 2 – Realizar estudos** com vistas a fornecer subsídios às decisões do Conselho
- 3 – Participar de reuniões e votar**
- 4 – Sugerir normas e procedimentos** necessários ao bom funcionamento das atividades do Conselho
- 5 – Propor e requerer esclarecimentos** que lhe forem úteis à melhor apreciação da matéria
- 6 – Indicar pessoas físicas ou jurídicas** que possam contribuir para esclarecimentos das matérias ou desenvolvimento das suas atividades

Condições para o fortalecimento dos Conselhos



Condições para o fortalecimento dos Conselhos

Articulação

dos conselhos com outras instâncias de controle (interno externo) e social, como os Fóruns e Comissões Temáticas ampliando a participação da sociedade no Controle Social das Políticas Públicas.

Capacitação

Continuada dos Conselhos – desenvolver um processo contínuo de formação dos Conselheiros - instrumentalizando-os para o efetivo exercício do controle social.

Condições para o fortalecimento dos Conselhos

Participação

Presença efetiva e permanente (regular) de seus membros nas reuniões, discussões e mobilização social

O que fiscalizar utilizando as instâncias de participações?



O recurso gasto, mas, principalmente os **resultados obtidos** com as ações implementadas pelo Poder Público

Os **benefícios** para a comunidade

A contribuição das ações para a **melhoria da qualidade** de vidas das pessoas



Dinâmica dos Conselhos de Políticas Públicas



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO



Fatores que dificultam a ação dos conselhos

Quanto à Constituição/Composição:

- Ingerência do Poder Executivo ou de representantes de entidades
- Assistencialismo, clientelismo ou paternalismo político
- Falta de definição precisa das competências e atribuições
- Falta de divulgação do processo de escolha de conselheiros



Fatores que dificultam a ação dos conselhos

Quanto à Atuação:

- Existência de colegiados meramente formais
- Falta de integração com os órgãos de controle externo
- Acompanhamento insatisfatório da aplicação dos recursos
- Omissão na comunicação de irregularidades constatadas aos órgãos de controle



Fatores que dificultam a ação dos conselhos

Quanto à Atitude dos Conselheiros:

- Falta de cultura participativa e de fiscalização
- Desinteresse ou baixa motivação por parte de alguns membros
- Indisponibilidade de tempo para as atividades do colegiado
não comparecimento sistemático às reuniões
- Não compreensão que os conselheiros são figuras públicas com mandatos



Fatores que dificultam a ação dos conselhos

Quanto às Condições de Trabalho:

- Falta de condições logísticas para funcionamento
- Ausência de treinamento ou capacitações
- Dificuldade para acessar as informações públicas
- Dificuldades de compreensão da linguagem utilizada em modelos de relatórios gerenciais



Estas práticas colocam a administração e o cidadão numa relação de soberano e súdito, “com todas as implicações, inclusive psicológicas e psicossociais, aí envolvidas”.



Implicações Psicológica

Existe um paradigma social que para **fiscalizar** a gestão é necessário **ser do contra**.

Logo, as pessoas acham **desagradável** **participar** das decisões e têm **medo** **dos interesses políticos e ideológicos** envolvidos nas organizações públicas.



Implicações Psicossociais

- ✓ O funcionamento eficaz dos conselhos não é um entrave para a gestão, com também não é uma garantia de solução absoluta dos problemas da administração pública.
- ✓ Antes deve ser um compromisso democrático, é um importante instrumento de cidadania a ser fortalecido e aprimorado.





Estratégias para potencializar a atuação dos Conselhos



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

Para cumprir com o seu objetivo

- **Estimular a participação de novos segmentos interessados na área de conselhos.**
- **Ampliar os espaços democráticos de participação e escolha dos membros.**
- Dar a devida **atenção às atas de reuniões** e a continuidade de temáticas entre uma reunião e outra.
- **Evitar a criação de uma elite decisória** (mesmos grupos no poder)



Para cumprir com o seu objetivo



- **Identificar e avaliar** as deliberações do conselho
- Reconhecer na **divergência de ideias e opiniões** uma oportunidade de aprofundamento das propostas e decisões e **melhoria do convívio democrático**
- Saber **trabalhar** com as figuras de **autoridade** (presidente ser o secretário municipal)
- **Desburocratizar** processos e **ações**



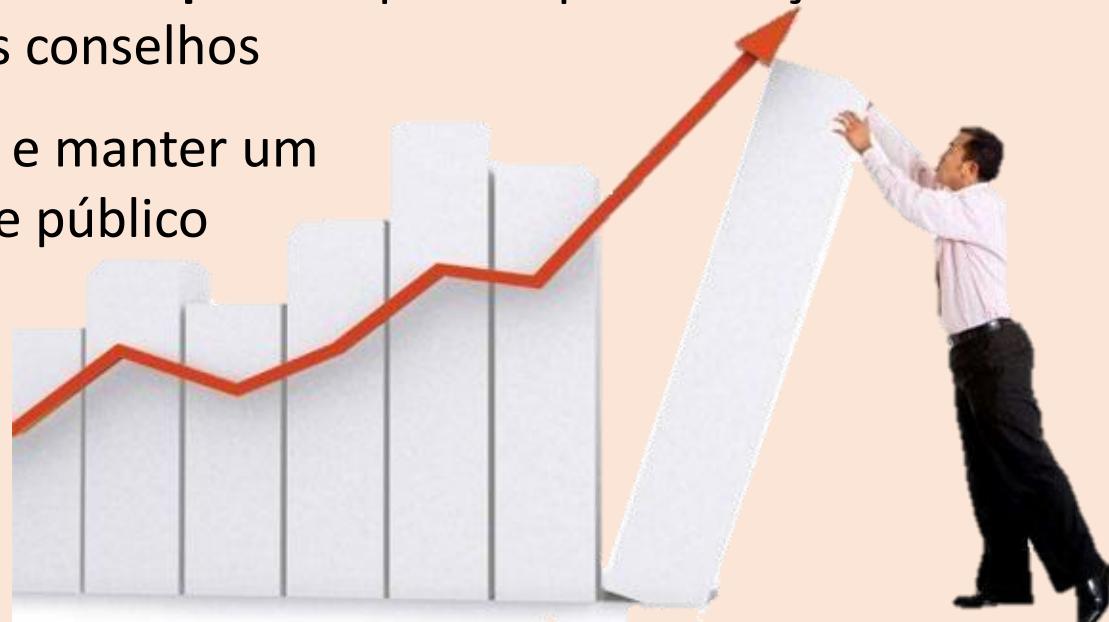
Para cumprir com o seu objetivo

- Saber reunir **informações relevantes** para discussão
- **Obter informações públicas com qualidade** e buscar outras fontes para subsidiar as proposições e decisões
- **Criar canais de comunicação** específicos dos conselhos
- Estabelecer **diálogo com os representantes** do Executivo e do Legislativo
- Buscar o **envolvimento dos meios de comunicação** de massa do Município



Para cumprir com o seu objetivo

- **Participar de atividades**, seminários, cursos, oficinas e reuniões de **formação**
- **Participar ativamente** do processo de construção das peças orçamentárias
- Firmar **parceria com a iniciativa privada** para implementação de ações estratégicas dos conselhos
- **Aproximar da sociedade** e manter um vínculo produtivo/debate público continuado
- Ser o **canal das reivindicações** popular



Para cumprir com o seu objetivo

- 
- Criar mecanismos de **acompanhamento da execução e divulgação** das decisões
 - Ser **independente nas opiniões** (ter igual poder para determinar o resultado final das decisões)
 - Implementar **ações que elevem o grau de comprometimento** do governo municipal
 - **Mensurar o impacto** das decisões dos conselhos na melhoria efetiva da **qualidade da gestão**.





Vídeo - Avestruz



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO



Muito Obrigada!

Cassyra L Vuolo

Secretaria de Articulação Institucional
e Desenvolvimento da Cidadania
cassyra@tce.mt.gov.br / (65) 3613-2951



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

